



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

10
/

PROCESSO Nº 01.031.178/24-15

Instrumento Jurídico: 01.2024.1011.0030



TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CENTRO DE APOIO E CONVIVÊNCIA – CAC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROJETO CAC FIM DE TARDE: ACRESCENTANDO VIDA AOS ANOS VIVIDOS.

O Município de Belo Horizonte, inscrito no CNPJ nº 18.715.383/0001-40, com sede na Av. Afonso Pena, nº 1212, Bairro Centro, neste ato representado pelo Secretário Municipal Interino de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Josué Costa Valadão, **ADMINISTRADOR PÚBLICO** da presente parceria, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a Organização da Sociedade Civil Centro de Apoio e Convivência – CAC, CNPJ nº 00.831.055/0001-43, situada na Rua São Lourenço nº 30, Bairro Calafate, Belo Horizonte, neste ato representada por Maria Fontana Cardoso Maia, titular do CPF nº 031.174.598-98 e RG MG-4.166.783, doravante denominada, **O.S.C.**, e ambos em conjunto denominados **PARCEIROS**, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 16.746, de 10 de outubro de 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, e demais normas que regulamentam a espécie, em conformidade com o Plano de Trabalho deste instrumento, RESOLVEM celebrar o presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a formalização da relação de parceria, em regime de mútua cooperação entre o MUNICÍPIO e a O.S.C., para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução do Projeto CAC Fim de Tarde: Acrescentando vida aos anos vividos, que visa qualificar a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado pela Instituição, contribuindo para o processo de envelhecimento ativo, saudável, digno, assegurando espaço adequado e acessível para o atendimento das pessoas idosas., de relevância pública e social definido no Plano de Trabalho, que rubricado pelas partes, integra o presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2 - Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Termo de Fomento, comprometem-se os Parceiros a executar a integralidade das obrigações assumidas, no âmbito das respectivas competências.

[assinatura]



2.1. São obrigações comuns dos PARCEIROS:

- I - conjugar esforços e cooperar um com o outro para a plena realização do objeto;
- II - promover publicidade e transparência das informações referentes a esta parceria;
- III - promover o registro das informações cabíveis na plataforma eletrônica do Sistema Unificado de Contratos Convênios e Congêneres – SUCC – ou em outra que venha a substituí-la;
- IV – fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle interno e externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas à parceria independente de autorização judicial; e
- V - priorizar a busca por soluções pacíficas e extrajudiciais, na hipótese de qualquer dúvida ou controvérsia sobre a interpretação e cumprimento deste Termo.

2.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

- I - efetuar o repasse dos recursos necessários à execução do Plano de Trabalho, na forma prevista na Cláusula Terceira;
- II - apoiar a OSC no alcance dos resultados previstos no objeto da presente parceria, conforme o Plano de Trabalho;
- III - direcionar esforços para garantir a formação continuada de dirigentes e técnicos da OSC;
- IV - sempre que solicitado, prestar informações e esclarecimentos referente à parceria aos integrantes da OSC;
- V - designar, por ato publicado no Diário Oficial do Município - DOM, o gestor da parceria e os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação;
- VI - publicar o extrato desta parceria no Diário Oficial do Município (DOM) e respectivas alterações, se for o caso;
- VII - supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do objeto da presente parceria;
- VIII - analisar as prestações de contas na forma das Cláusulas Sexta e Sétima deste instrumento;
- IX - publicar e manter atualizados os manuais de orientação a gestores públicos e OSC sobre a aplicação da Lei 13.019/2014, ouvida a Diretoria de Apoio às Parcerias do Município de Belo Horizonte;



X – notificar a OSC a respeito de quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;

XI – analisar os relatórios de execução do objeto e relatórios de execução financeira, na hipótese prevista no art. 63 do Decreto Municipal nº 16.746/2017;

XII – receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Fomento, nos termos do art. 46 do Decreto Municipal nº 16.746/2017;

XIII – retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da OSC, para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019/2014;

XIX - reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;

XX – aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

2.3. São obrigações da O.S.C.:

I - desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO o objeto desta parceria nos termos do Plano de Trabalho pactuado, prestando ao MUNICÍPIO as devidas informações sempre que solicitado e zelando pela boa qualidade das ações executadas, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

II - submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

III – realizar o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, na forma da Cláusula Quinta deste instrumento;

IV - responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto desta parceria, conforme Cláusula Terceira;



V - garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades, sendo vedada a contratação de pessoal para finalidade alheia ao objeto da parceria;

VI - realizar as compras e contratações necessárias à execução do objeto da parceria com observância aos princípios da transparência na aplicação dos recursos públicos, moralidade, impessoalidade, eficiência e eficácia e verificada a compatibilidade do custo efetivo das despesas com os valores praticados no mercado, conforme orçamentação realizada no Plano de Trabalho, sob pena de glosa das despesas;

VII - manter a guarda dos documentos referentes à orçamentação realizada no momento de apresentação do Plano de Trabalho, pelo período de 10 (dez) anos a contar da data de envio das informações na planilha consolidada.

VIII - manter e movimentar os recursos exclusivamente em conta bancária específica, aplicando-os em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade;

IX - alocar os recursos repassados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo vedada sua classificação como receita própria ou pagamento por prestação de serviços;

X - não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei Federal nº 13.019/2014;

XI - não remunerar com os recursos repassados: (i) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; (ii) servidor ou empregado público, inclusive que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (iii) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais sujeitos a pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

XII - efetuar a restituição de recursos nos casos previstos na Lei nº 13.019/2014 e/ou no Decreto Municipal nº 16.746/2017;

XIII - zelar pela qualidade das ações desenvolvidas, buscando alcançar eficiência, eficácia e efetividade social em suas atividades, assegurando a correção de quaisquer irregularidades;

XIV - prestar informações aos munícipes e quaisquer interessados sobre o caráter público das ações realizadas em decorrência dessa parceria, quando for o caso;

Handwritten signature



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

7/2
JP

XV - permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre a execução do objeto da parceria, garantindo o acesso de agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, documentos e informações relativos a esta parceria, e aos locais de execução do objeto;

XVI - prestar contas na forma fixada na Cláusula Sexta, mantendo a guarda dos documentos pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a sua apresentação;

XVII - comunicar quaisquer alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver, em até trinta dias da data de registro no órgão competente;

XVIII - divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

XIX - operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes da parceria, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;

XX - quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:

- a. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
- b. garantir sua guarda e manutenção;
- c. comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
- d. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
- e. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência ao MUNICÍPIO, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;
- f. durante a vigência da parceria, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização do MUNICÍPIO e prévio procedimento de controle patrimonial;

XXI - manter sua habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada durante toda a vigência da parceria;

XXII - por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção desta parceria, restituir ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

XXIII - garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho, se for o caso.

maison



CLÁUSULA TERCEIRA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O MUNICÍPIO transferirá à O.S.C. o valor total de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), de acordo com o cronograma de desembolso e com o plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho aprovado, anexo único deste instrumento;

3.2 - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, todos com liquidez diária, enquanto não empregados na sua finalidade.

3.3 – O repasse dos recursos financeiros a que se refere esta cláusula será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente à data de assinatura do presente Termo de Fomento.

3.4 - Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, em conta corrente específica da parceria, isenta de tarifa bancária, em agência de instituição financeira pública.

3.4.1 – A conta corrente deverá ser aberta no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação do presente termo no Diário Oficial do MUNICÍPIO de Belo Horizonte, e seus dados informados ao MUNICÍPIO no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a abertura.

3.4.2 – Excepcionalmente, na hipótese de não haver isenção da tarifa bancária pela instituição financeira, após comprovação da negativa por parte da instituição financeira e comunicação formal ao MUNICÍPIO a fim de que o mesmo possa tomar as devidas providências, os valores pagos pela O.S.C. a título de tarifa bancária deverão ser registrados na plataforma eletrônica, nos termos da CLÁUSULA SEXTA, item 6.3.1;

3.5 – Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos;

3.6 - As despesas decorrentes da execução deste Termo de **Fomento**, ocorrerão à conta de recursos alocados no respectivo orçamento do MUNICÍPIO, na dotação orçamentária a seguir informada, ou suas equivalentes para os próximos exercícios financeiros:

Dotação Orçamentária nº.

1011.1100.08.244.019.2308.0121.339039.68.1500000

1011.1100.08.244.019.2308.0124.339039.68.1500000

1011.1100.08.244.019.2308.0147.339039.68.1500000



CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

4.1 – Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

4.2 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho, nas hipóteses previstas na Lei nº 13.019/14 e no Decreto Municipal nº 16.746/17, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste instrumento.

4.3 – A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO, observados os fundamentos e princípios que norteiam o regime jurídico de parcerias de que trata a Lei Federal nº. 13.019/2014, considerada a natureza pública dos recursos.

4.3.1 - A OSC deve assegurar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá demonstrar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

4.4 - Toda movimentação de recursos no âmbito desta parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final.

4.4.1 - Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio da Transferência Eletrônica Disponível – TED, Documento de Ordem de Crédito – DOC, Pagamento Instantâneo Brasileiro – PIX, débito em conta e boleto bancário, todos sujeitos à identificação do beneficiário final.

4.4.1.1 – Na definição da modalidade de pagamento eletrônico a ser utilizado, a OSC deverá privilegiar a opção com menor custo para a parceria.

4.5 – Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos (recibos de pagamento de autônomo), eletrônicos com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da OSC e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço e descrição do bem ou do serviço pela qual seja possível verificar o nexo entre a despesa e o objeto da parceria, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas final.

4.5.1 – A OSC deverá registrar os dados referentes às despesas na plataforma eletrônica, até o vigésimo dia do mês subsequente à liquidação da despesa, sendo dispensada a inserção de notas, comprovantes fiscais ou recibos.

[Handwritten signature]



4.5.2 – É obrigatória a inserção em plataforma eletrônica do extrato da conta bancária específica da parceria, bem como de cópia dos comprovantes referentes aos pagamentos das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias e das informações referentes a notas, comprovantes fiscais ou recibos eletrônicos, de bens e serviços adquiridos com recursos da parceria, até vinte dias do vencimento da obrigação.

4.6 - Os recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência da parceria, permitido o pagamento de despesas após o término da parceria, desde que a constituição da obrigação tenha ocorrido durante sua vigência e esteja prevista no plano de trabalho, sendo a realização do pagamento limitada ao prazo para recolhimento do saldo financeiro remanescente.

4.6.1 – Caso os recursos depositados na conta corrente específica da parceria não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo de Fomento será rescindido, conforme Cláusula Décima Segunda, subitem 12.2.5.

4.6.2 – O pagamento das verbas rescisórias da equipe de trabalho da organização da sociedade civil, poderá ser realizado ainda que após o término da execução da parceria, desde que provisionada e proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

4.7 – É vedado à OSC remunerar servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, a qualquer título, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

4.8 – É vedado à OSC a concessão, com recursos da parceria, de gratificações, bonificações e ou prêmios de qualquer natureza a seus colaboradores, dirigentes, voluntários e assemelhados, salvo se previstos em lei específica, mediante inclusão prévia no Plano de Trabalho.

4.9 - O MUNICÍPIO reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à OSC nas hipóteses e condições previstas no item 7.9 deste Termo.

4.10 - Por ocasião da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, deverão ser devolvidos ao MUNICÍPIO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

4.10.1 – A devolução dos recursos remanescentes de que trata o subitem 4.10 deverá ser realizada pela OSC observado o prazo estipulado, independentemente de notificação da Administração Pública, sob pena das sanções cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE PELO VÍNCULO TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIO, FISCAL E COMERCIAL



5.1 - A OSC é exclusivamente responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao seu funcionamento e à execução do objeto previsto no presente Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação aos respectivos pagamentos, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou danos decorrentes da restrição à sua execução.

5.2 - A inadimplência da OSC em relação às obrigações previstas no item anterior não transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

5.3 - A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pelo MUNICÍPIO não gera vínculo trabalhista com o MUNICÍPIO.

5.4 - É vedado ao MUNICÍPIO praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na OSC.

5.4.1 - Na contratação de equipe de trabalho a OSC deverá observar os princípios norteadores do regime jurídico de parcerias, em especial de transparência na aplicação de recursos públicos, a moralidade, a impessoalidade e a economicidade, preferencialmente mediante processo de seleção.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1 - A prestação de contas tem por objetivo o controle de resultados e deverá conter elementos que permitam verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos.

6.2 - A O.S.C. apresentará, trimestralmente, conforme previsto no plano de trabalho, relatório de execução do objeto, na plataforma eletrônica, que deverá conter:

I - descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

II - demonstração do alcance das metas;

III - documentos de comprovação da execução das ações e do alcance das metas que evidenciem o cumprimento do objeto, definidos no plano de trabalho como meios de verificação, como listas de presenças, fotos, vídeos e outros;

IV - documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver;

VI - justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas.

Handwritten signature



6.2.1 – O relatório de que trata este item deverá fornecer elementos para avaliação:

- I – dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- II – do grau de satisfação do público-alvo, quando pesquisado;

6.3 - A OSC manterá a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contados do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas final.

6.4. – Quando descumprida a obrigação constante do item 6.2, nos casos em que não estiver comprovado o alcance das metas no relatório de execução do objeto ou diante de suspeita circunstanciada de irregularidades, a OSC será notificada para apresentar o relatório de execução financeira, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, que deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – relação das receitas auferidas, inclusive rendimentos financeiros e recursos captados, e das despesas realizadas com a demonstração da vinculação com a origem dos recursos e a execução do objeto, em observância ao plano de trabalho;

II – extratos da conta bancária específica;

III – memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

IV – cópias simples das notas e comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço;

V – justificativa das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, fazendo constar os fatos relevantes.

6.4.1 – A memória de cálculo referida no inciso III do item 6.4 deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

6.5.1 – A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até noventa dias, contado do dia seguinte ao término da vigência da parceria.

6.5.2 – Caso haja, deverá ser apresentado na prestação de contas final o comprovante de recolhimento do saldo remanescente de que trata o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/14, e eventual provisão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 3º e §4º do art. 44 do Decreto nº. 16.746/17 e o inciso I do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/14, acompanhado de memória de cálculo firmada por contador habilitado.



6.5.2.1 – A devolução dos recursos remanescentes de que trata o subitem 6.5.2 deverá ser realizada pela OSC observado o prazo estipulado, independentemente de notificação da Administração Pública, sob pena das sanções cabíveis.

6.5.2.2 – Para fins de definição do valor correspondente ao saldo remanescente da parceria, deverá ser apresentada pela OSC a memória de cálculo pela qual seja possível verificar a natureza dos valores que compõem o saldo da parceria.

6.5.2.3 – Nas hipóteses em que houver saldo comprometido com recursos correspondentes a provisionamentos de natureza trabalhista e previdenciária, fica autorizada a OSC, ao final da parceria e anteriormente à devolução do saldo remanescente, realizar a retenção do valor correspondente, nos termos do §4º do art. 44 do Decreto Municipal nº. 16.746/2017, por meio de transferência do valor exato do provisionamento para conta bancária de sua titularidade, mediante apresentação de memória de cálculo elaborada por contador habilitado.

6.5.2.4 – Juntamente com a memória de cálculo de que trata o item 6.5.2.3 deverá a OSC apresentar declaração, prestada por seu representante legal, acerca da natureza da retenção dos valores, exclusivamente de provisionamento trabalhista e previdenciário.

6.5.3 – O MUNICÍPIO analisará a prestação de contas final em até cento e cinquenta dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto.

6.6 – A análise da prestação de contas final pelo MUNICÍPIO será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, a ser inserido na plataforma eletrônica, que deverá verificar o cumprimento do objeto, o alcance das metas previstas no plano de trabalho e os efeitos positivos da parceria, considerando:

I – o relatório final de execução do objeto;

II – os relatórios **parciais** de execução do objeto;

III – os relatórios de visita técnica *in loco*, se houver;

IV – o relatório técnico de monitoramento e avaliação;

V – o relatório de execução financeira, quando for solicitado nas hipóteses previstas no item 6.4.

6.6.1 – O parecer técnico conclusivo embasará a decisão da autoridade competente, nos termos dos artigos 70 a 74 do Decreto Municipal nº 16.746/17, e concluirá pela:

I – aprovação das contas, quando constatado o cumprimento das metas e, quando necessária, da regularidade na execução financeira da parceria;



II - aprovação das contas com ressalvas quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - rejeição das contas, nas hipóteses previstas no art. 72, inciso III, da Lei Federal nº 13.019/14.

6.7 - A decisão sobre a prestação de contas final caberá ao Administrador Público desta parceria.

6.8 - A OSC será notificada da decisão acerca do julgamento da prestação de contas final no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da decisão.

6.8.1 - Notificada a OSC quanto à decisão, deverão ser adotados pelos parceiros os procedimentos de que tratam os arts. 71 e 72 do Decreto Municipal nº. 16.746/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1 - As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular das parcerias, e deverão contemplar a análise das informações da parceria constantes da plataforma eletrônica e da documentação técnica apresentada.

7.2 - Compete ao MUNICÍPIO exercer as atribuições de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria podendo valer-se de recursos tecnológicos e apoio técnico de terceiros, que será designado em ato próprio.

7.3 - As ações de monitoramento e avaliação deverão contemplar:

I - a análise das informações da parceria constantes da plataforma eletrônica e da documentação que comprove o pagamento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias até vinte dias do vencimento da obrigação;

II - consulta à plataforma eletrônica que permita aferir a regularidade da parceria;

III - medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle externo e interno;

IV - a verificação de existência de denúncias aceitas.

7.4 - O MUNICÍPIO designará um gestor para realizar o acompanhamento e fiscalização desta parceria, através de publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

7.5 - O MUNICÍPIO poderá designar técnicos responsáveis para subsidiar o gestor da parceria em relação à análise dos relatórios de execução do objeto e de

mgm



execução financeira, se houver; dos lançamentos dos dados financeiros em plataforma eletrônica, e ainda para a elaboração de seu relatório de monitoramento e avaliação;

7.6 - O MUNICÍPIO designará, em ato específico, os integrantes da comissão de monitoramento e avaliação para analisar e homologar, se for o caso, os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação elaborados pelo Gestor da Parceria.

7.6.1 - A comissão de monitoramento e avaliação é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

7.6.2 - A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

7.7 - O gestor da parceria analisará os relatórios de execução do objeto e os relatórios de execução financeira, se houver, e emitirá Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada para possível homologação.

7.7.1 - O relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá conter os elementos dispostos no § 1º do art. 59 da Lei Federal nº 13.019/14 e deverá demonstrar:

I - avaliação das metas já alcançadas e seus benefícios;

II - descrição dos efeitos da parceria na realidade local;

III - os impactos econômicos e/ou sociais das ações desenvolvidas;

IV - o grau de satisfação do público alvo, quando pesquisado;

V - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto, em se tratando de projeto.

7.8. Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidade e/ou inexecução parcial do objeto, o gestor da parceria notificará a OSC para que possa, no prazo de 30 (trinta) dias sanar a irregularidade, cumprir a obrigação ou apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação, sem prejuízo da notificação prevista no item 6.4 deste termo.

7.8.1 - Na hipótese de existência de irregularidade ou inexecução parcial do objeto, mesmo após a notificação da OSC para saná-las, o relatório técnico parcial



de monitoramento e avaliação poderá concluir pela rescisão unilateral da parceria, determinando a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada e, em não havendo a referida devolução, proceder-se-á à instauração de tomada de contas especial.

7.8.2 - Serão glosados os valores relacionados às metas descumpridas sem justificativa suficiente, avaliadas no caso concreto.

7.9 - Nas hipóteses em que, por meio do monitoramento e avaliação da parceria, se constate a existência de evidências de irregularidades na aplicação de parcelas anteriormente recebidas; desvio de finalidade da aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de **Fomento**; ou de situação em que a OSC deixe de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, o MUNICÍPIO reterá as parcelas dos recursos financeiros destinados à execução da parceria, até o saneamento das impropriedades constatadas.

7.10 - O MUNICÍPIO deverá informar à Controladoria Geral do Município e à Procuradoria Geral do Município sobre as irregularidades verificadas nas parcerias celebradas.

7.11 - A execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas, sem prejuízo da fiscalização realizada pelo MUNICÍPIO, pelos órgãos de controle e mecanismos de controle social previstos na legislação.

7.11.1 - No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e avaliação serão realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

8.1 - Caso a execução da parceria estiver em desacordo com o estabelecido no Plano de Trabalho e ou com as normas e legislação vigente, o MUNICÍPIO poderá, garantindo à OSC os direitos de ampla defesa e contraditório, aplicar as seguintes sanções, na forma da Lei 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 16.746/2017:

I – advertência;

II – suspensão temporária de participação em chamamento público e celebração de parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública municipal por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade, que impede a OSC de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

mfm



8.1.1 - A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

8.1.2 - A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para o MUNICÍPIO.

8.1.3 - Aplicada a sanção de declaração de inidoneidade, será possível a reabilitação da OSC quando esta ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção.

8.2 - É facultada a defesa da OSC no prazo de dez dias, contados da data de abertura de vista dos autos processuais.

8.2.1 - Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de dez dias, contados da data de ciência da decisão.

8.3 - Nas hipóteses dos itens 12.2.1 e 12.2.2 da Cláusula Décima Segunda, a rescisão poderá levar à:

8.3.1 - suspensão temporária da participação em chamamento público, suspensão temporária para requerer credenciamento prévio, suspensão temporária do credenciamento prévio e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, por prazo não superior a dois anos;

8.3.2 - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público, declaração de inidoneidade para requerer credenciamento prévio ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja promovida a reabilitação perante o MUNICÍPIO, que será concedida sempre que a O.S.C ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 8.3.1.

8.4 - Nas hipóteses dos itens 12.2.1 e 12.2.2 da cláusula décima segunda, a rescisão deverá gerar apuração dos possíveis prejuízos gerados ao MUNICÍPIO.

8.4.1 - Havendo constatação de prejuízo para o MUNICÍPIO, a OSC deverá ressarcir-lo sob pena de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades do MUNICÍPIO, pelo prazo máximo de dois anos;

8.4.2 - Passado o prazo de dois anos e perdurando os motivos determinantes da sanção, a O.S.C será declarada inidônea para participar de chamamento público ou



celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, até que ocorra o saneamento.

8.5 - Quando não houver devolução dos saldos financeiros remanescentes da parceria, na forma e prazo estabelecidos no item 4.9 deste termo, será instaurada Tomada de Contas Especial pela autoridade administrativa competente.

CLÁUSULA NONA - DA DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

9.1 - Obriga-se a O.S.C., em razão deste Termo de **Fomento**, a fazer constar identificação do MUNICÍPIO de Belo Horizonte, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, assim como produtos da parceria, tais como livros, relatórios, vídeos, internet e outros meios de divulgação, observando a legislação eleitoral vigente.

9.2. - A utilização de logomarca, brasão ou demais símbolos do MUNICÍPIO deverão ser previamente autorizados pela Assessoria da Comunicação do Município.

9.3 - A O.S.C. compromete-se a publicar no seu sítio eletrônico oficial, quando houver, ou no sítio eletrônico público do Mapa das O.S.C.s, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, desde a celebração das parcerias até cento e oitenta dias após a apresentação da prestação de contas final, as informações de que trata o art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

9.4 - Fica vedada a utilização de símbolos partidários e ou de caráter eleitoral em qualquer material de divulgação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1 - Este Termo de **Fomento**, terá vigência de 15 [quinze] meses, contados a partir da data de sua **assinatura** possibilitada a sua prorrogação.

10.2 - A vigência da parceria poderá ser alterada, por meio de Termo Aditivo, mediante solicitação fundamentada da O.S.C., devidamente justificada e formalizada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO, em, no mínimo, **60 (sessenta) dias** antes do término da sua vigência, ou mediante a verificação desta necessidade pelo MUNICÍPIO, com a anuência da O.S.C., desde que não haja alteração de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

11.1 - Este Termo de **Fomento**, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante Termo Aditivo, Certidão de Apostilamento e ajuste no Plano de Trabalho, devendo o respectivo pedido ser apresentado pela O.S.C com antecedência mínima de **60 (sessenta) dias**.

Assinatura



11.2 – É vedada a alteração do objeto do Termo de **Fomento**, permitida a ampliação, redução ou exclusão de metas, sem prejuízo da finalidade do objeto, desde que respeitados os limites legais e devidamente justificada e aprovada pelo parceiro.

11.3 – A parceria poderá ter as metas ou seu valor alterados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da parceria, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe configurando álea econômica extraordinária.

11.3.1 - A alteração de que trata o subitem 11.3 deverá ser solicitada pela OSC com justificativa e comprovação da situação ensejadora e deverá vir acompanhada da comprovação da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado, nos termos que dispõe o § 1º do art. 26 do Decreto Municipal 16.746/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 - É facultado aos PARCEIROS rescindirem este instrumento a qualquer tempo, delimitando as respectivas condições, sanções e responsabilidades, estipulando-se prazo mínimo de antecedência para a comunicação dessa intenção, não inferior a 60 (sessenta) dias.

12.2 - Esta parceria poderá ser rescindida quando:

- a)** ocorrer o descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nela estabelecidas;
- b)** quando a OSC, após notificada, não sanar as impropriedades, conforme item 7.8.1 da cláusula sétima;
- c)** pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que a torne formal ou materialmente inexequível;
- d)** for denunciada a qualquer tempo, por qualquer das partes mediante prévio aviso com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;
- e)** os recursos depositados na conta bancária específica da parceria não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

12.3 – A rescisão da parceria será formalizada por meio de Termo de Rescisão, no qual seja definido, no mínimo, o prazo para apresentação da prestação de contas final e a titularidade dos bens remanescentes.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS PERMANENTES E DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

13.1 – É de responsabilidade da OSC a guarda, manutenção e conservação dos bens permanentes adquiridos, produzidos e/ou transformados com recursos repassados pelo Município, devendo adotar todas as medidas necessária à sua preservação e condições de uso e finalidade.

13.1.1 – Durante toda a vigência da parceria a OSC deverá manter registro de todos os bens permanentes adquiridos, produzidos e/ou transformados com recursos repassados pelo Município, constando, no mínimo, a descrição do bem, o valor pelo qual foi adquirido ou o valor estimado, no caso dos bens produzidos e/ou transformados;

13.1.1.1 – No caso de bens permanentes adquiridos, deverá constar do registro da OSC de que trata o subitem 13.1.1, o número da nota fiscal referente à aquisição;

13.1.2 – Nas parcerias com vigência superior a 2 (dois) anos, o registro deverá ser atualizado anualmente, a partir do segundo ano de vigência, com indicação da situação do bem e sua depreciação.

13.2 – Fica desde já definida a titularidade da OSC acerca dos bens permanentes remanescentes adquiridos, produzidos e/ou transformados com recursos repassados pelo MUNICÍPIO em razão da execução deste Termo.

13.2.1 – Na hipótese de rejeição da prestação de contas final, a titularidade dos bens permanentes remanescentes poderá permanecer com a OSC, sendo que:

I – Não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição;

II – O valor pelo qual o bem permanente remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

13.2.2 – Caso ocorra a dissolução da OSC durante a vigência da parceria, a titularidade dos bens remanescentes será transferida ao MUNICÍPIO, devendo estes serem retirados pela administração pública municipal, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data da notificação da dissolução.

13.3 – Fica vedada a doação, venda, cessão, empréstimo, transferência ou qualquer outra transmissão de titularidade dos bens permanentes remanescentes adquiridos, produzidos e/ou transformados em razão da execução deste Termo, devendo estes bens serem gravados com cláusula de inalienabilidade.



13.4 – A OSC deverá formalizar promessa de transferência de propriedade dos bens permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria, na hipótese de sua extinção.

13.5 - Nas hipóteses de produção de bens de propriedade intelectual decorrente da execução do objeto desta parceria, a titularidade dos referidos bens será compartilhada pelos PARCEIROS, ficando sua utilização condicionada à celebração de instrumento próprio, observada a legislação vigente.

13.5.1 - Nas hipóteses em que, em virtude da execução do objeto desta parceria, a OSC contratar quaisquer serviços dos quais decorram bens previstos no item 13.4, fica a OSC obrigada a constar do contrato a ser celebrado, cláusula de cessão dos referidos direitos por parte de seu detentor.

13.6 – Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o MUNICÍPIO, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pelo MUNICÍPIO.

13.7 – Ao final da parceria, independentemente da titularidade, os bens remanescentes considerados inservíveis ou cujo valor estiver integralmente depreciado, serão transferidos à OSC parceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E OU BASE DE DADOS

14.1. A OSC obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento.

14.1. A OSC obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.2. A OSC deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

melem



14.3. A OSC não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento jurídico.

14.4. A OSC não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.4.1. A OSC obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.5. A OSC fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento jurídico no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção da parceria, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

14.5.1. À OSC não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento jurídico.

14.5.1.1. A OSC deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

14.6. A OSC deverá notificar o Município, imediatamente, no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.6.1. A notificação não eximirá a OSC das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.6.2. A OSC que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento jurídico fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.7. A OSC fica obrigada a manter preposto para comunicação ao Município para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores.

14.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre os Parceiros, bem como, entre a OSC e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

14.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a OSC a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Não logrando êxito na tentativa de conciliação e solução administrativa, fica eleito o foro da comarca de Belo Horizonte para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem acordados com os termos dessa parceria as partes firmam em 3 (três) vias de igual teor e forma o presente instrumento.

Belo Horizonte, 21 de outubro de 2024


Alonzo Nunes da Cruz Neto - BM 96.095-4
Secretário Municipal Adjunto de Assistência
Social, Segurança Alimentar e Cidadania
SMASAC

Josué Costa Valadão

Secretário Municipal Interino de
Assistência Social, Segurança Alimentar
e Cidadania



Maria Fontana Cardoso Maia

Centro de Apoio e Convivência - CAC

THESE DOCUMENTS SONT
MISES A DISPOSITION
DU PUBLIC





PLANO DE TRABALHO

1. DADOS DO PROJETO:

Nome do Projeto: "CAC Fim de Tarde: Acrescentando vida aos anos vividos"

Prazo de execução: 15 meses

Valor total de execução: R\$220.000,00

Objeto da Parceria: Qualificar a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado pela Instituição, contribuindo para o processo de envelhecimento ativo, saudável, digno, assegurando espaço adequado e acessível para o atendimento das pessoas idosas.

2. DADOS CADASTRAIS

Organização da Sociedade Civil: Centro de Apoio e Convivência – CAC

CNPJ: 00.831.055/0001-43

Data de Abertura do CNPJ: 28/09/1995

Endereço: Rua São Lourenço nº 30.

Bairro: Calafate

Cidade: Belo Horizonte

CEP: 30.411-555

Telefone: (31)3654-5040

E-mail: centrodeapoiоеconvivencia@yahoo.com.br

Nome do representante legal: Maria Fontana Cardoso Maia

Responsável pela elaboração do Plano de Trabalho: Maria Fontana Cardoso Maia

Contato corporativo do responsável (e-mail e telefone): (31) 99910-6064

Período de Mandato da Diretoria: De 15/07/2024 a 14/07/2027.

3. DESCRIÇÃO DA REALIDADE E JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A Regional Oeste de Belo Horizonte, onde o Centro de Apoio e Convivência – CAC está inserido, tem uma população de 308.549 habitantes, 101.260 domicílios, área de 35,93 km² e uma densidade demográfica de 8.587 habitantes por km², conforme dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Ainda, segundo esses dados, a regional apresenta elevado número de pessoas idosas, sendo aproximadamente 43.197, em sua grande maioria, com perfil socioeconômico médio ou baixo e em condições precárias de saúde física e mental, mesmo com todo o aparato e recursos disponibilizados pelo SUS e a presença do SUAS nessa Regional.

A demanda é sempre superior à oferta de serviços. Nesse contexto, está inserido o Centro de Apoio e Convivência – CAC, há 28 anos, cuidando da pessoa idosa e investindo na defesa de seus direitos. Assim, também, há apenas um Centro Cultural disponível para atender a todos os habitantes da regional oeste, instalado no bairro Salgado Filho. Como parte importante desse processo de ampliação de espaços adequados e atividades direcionadas ao público idoso, na regional oeste de Belo Horizonte,



o CAC vem estabelecendo relações de parceria com Centros de Referência de Assistência Social locais, a fim de ampliar o número de idosos em situação de vulnerabilidade, com acesso aos nossos serviços e atividades.

Os atuais parceiros são o CRAS Morro das Pedras e o CRAS Vista Alegre. Com isso, a previsão de crescimento no número de pessoas atendidas pelo Centro de Apoio e Convivência é alta, fundamentando assim, a necessidade da garantia de um espaço adequado e de profissionais capacitados para a manutenção das ações propostas. Consideramos que o espaço e a assistência oferecidos pelo CAC, são fundamentais, ao possibilitarem a construção de relações sociais, participação em atividades coletivas, desenvolvimento intelectual, segurança e acolhimento, que podem ser oferecidos através de atividades continuadas e assistidas por profissionais capacitados, orientados por assistente social e que garantam o bem estar emocional, o enfrentamento à violência, a autonomia e o sentimento de pertencimento, adequação e esperança à pessoa idosa.

O conjunto das atividades e serviços ofertados e citados no tópico anterior é definido pela demanda e, em grande parte, traz no seu bojo o acolhimento, o pertencimento, a saúde física e mental e a segurança, entendidas nas suas reais abrangências e capilaridades. Assim, o objeto desta proposição vem ao encontro com a corresponsabilidade de todos: governo, sociedade civil e família, no cuidado e na promoção da qualidade de vida da pessoa idosa, numa realidade que carece do esforço e contribuição de todos para termos, não só uma Regional "amiga do idoso" mas, uma cidade para todas as idades. Vale ressaltar que a OSC atende pessoas de todas as regionais de Belo Horizonte, porém, pela localização, o maior público é da Regional Oeste.

Os eventos culturais e de desenvolvimento intelectual, como instrumentos de fortalecimento de vínculos, contribuirão não só para a política do idoso, mas para toda a comunidade, entendendo que, idosos e demais gerações pertencem ao mesmo núcleo populacional e podem defender e construir bens para todas as idades.

A Lei 10.741 Estatuto do Idoso no CAPÍTULO II "Das Entidades de Atendimento ao Idoso" Art. 48 - "*As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso.*" Cabe às instituições "*oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;* Ressalta-se que de acordo com o "*Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento*", observando os requisitos da citada lei.

Esta proposta se justifica pela demanda e carência de atividades e atendimentos ao público idoso, considerando o crescimento do contingente populacional deste recorte etário, e a responsabilidade da participação ativa da sociedade civil no cuidado à pessoa idosa. O C.A.C irá proporcionar, em espaços adequados às atividades da referida proposta, que contemplam: acolhimento, enfrentamento à violência, desenvolvimento intelectual e cultural, saúde física e mental.

O fomento da proteção básica, na política de assistência social, para o público idoso



pressupõe, para além de todo o aparato conceitual, técnico e temático, a realidade onde estão inseridos os serviços socioassistenciais. Nesse sentido, destacamos o locus e suas características. Onde estão inseridos os serviços socioassistenciais e outros, que muito concorrem para o envelhecimento ativo, saudável e digno? Basicamente a OSC tem como compromisso oferecer local limpo, saudável, acessível e seguro! Mas, para além desses requisitos, outros fatores ocupam destaque de grande relevância: fornecimento de energia elétrica e água.

A busca por fontes de energia limpa e mais acessível à OSC, tem sido nosso desafio por longa data. Com atividades de recreação hídrica e hidroginástica, em piscina aquecida, usando 2 trocadores de calor em cada piscina (estando 01 desativada no momento) e o todo conjunto de serviços, todos dependendo de energia elétrica, gera para o CAC Fim de Tarde uma despesa mensal média de 6.000 k whats. Isso impacta diretamente na sustentabilidade da OSC, dificultando e restringindo a oferta de serviços e adequação dos espaços físicos. Com a implantação da energia fotovoltaica, a economia gerada será em média entre R\$4.000,00 e R\$6.000,00 reais/mês.

Este recurso possibilitará a manutenção e ampliação da oferta de atividades socioassistenciais, em condições ideais para bom atendimento à pessoa idosa.

4. PÚBLICO ALVO:

1500 Pessoas Idosas.

5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

Regional Oeste. Contudo, devido a localização da sede da entidade estar situada em ponto estratégico e de fácil acesso, a área de abrangência poderá contemplar o atendimento a usuários advindos de todas as regionais de Belo Horizonte





6. QUADRO DE METAS:

METAS	RESULTADOS ESPERADOS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	DOCUMENTOS PARA VERIFICAÇÃO
META 1 Realizar atividades coletivas nas oficinas de Recreação hídrica (Hidroginástica), Recreação de solo, Dança/Zumba e Teatro, composto por 10 grupos de pessoas idosas, para convivência e fortalecimento de vínculos.	Promover oportunidades, além de novos conhecimentos, visando a autonomia dos idosos.	<ul style="list-style-type: none">• Formar 07 grupos com 25 participantes em cada, para Oficina de recreação hídrica (Hidroginástica);• Formar 01 grupo para Oficina de recreação de solo composto por 20 participantes;• Formar 01 grupo Oficina de Dança/Zumba com 20 participantes;• Formar 01 grupo de Oficina de teatro com 20 participantes para a convivência, arte, cultura e lazer.	Mês 01 ao mês 15	<ul style="list-style-type: none">• Listas dos participantes dos grupos;• Listas de presença dos participantes das atividades;• Relatórios diversos;• Visitas técnicas in loco;• Registros fotográficos;• Planejamento / Cronograma da realização das oficinas.

Handwritten signature



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

<p>META 2</p> <p>Desenvolver ações complementares ao Sistema de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por meio da oferta de atividades para cerca de 1265 idosos.</p>	<p>Idosos fortalecidos em suas habilidades e potencialidades, por meio da participação em atividades artísticas e culturais.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Realizar evento para a celebração do Dia Mundial e Nacional da pessoa idosa com público estimado de 400 pessoas;• Elaborar a programação referente ao ciclo de palestras (03 encontros com 30 pessoas em cada);• 03 Encontros: Cinema comentado com 30 pessoas em cada;• Intervenção artístico-cultural (03 encontros com 100 pessoas em cada);• 03 Oficinas gastronômicas do "Saber e do Sabor" (20 pessoas em cada) com trocas de receitas, confecção de pratos e degustação;• 30 Exposições de produtos artesanais que serão realizadas 03 dias no mês durante 10 meses atendendo 325	<p>Mês 01 ao mês 15</p>	<ul style="list-style-type: none">• Planejamento / Cronograma da realização das ações;• Listas de presença dos participantes das atividades;• Relatórios diversos;• Visitas técnicas in loco;• Registros fotográficos.
---	--	---	-------------------------	--

Handwritten signature

Handwritten initials



PREFEITURA
BELO HORIZONTE

METAS	RESULTADOS ESPERADOS	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	DOCUMENTOS PARA VERIFICAÇÃO
META 3 Qualificar e modernizar equipamentos / estrutura de atendimento da Instituição	Melhorar as condições físicas da OSC, para o fomento da política da Assistência Social, qualificando a oferta do Serviço, viabilizado pela economia gerada por meio da instalação de placas solares.	<ul style="list-style-type: none">• Elaboração de projeto;• Análise de empresas especializadas em energia fotovoltaica, para realização do projeto;• Orçamentoção;• Seleção da Empresa;• Contrato;• Implantação.	Mês 01 ao mês 08	<ul style="list-style-type: none">• Projeto elaborado e executado;• Orçamentos;• Contrato;• Comprovaantes de pagamento;• Registros fotográficos.
META 4 Aprimorar os serviços oferecidos para aproximadamente 1500 idosos durante todo o processo referente à execução do projeto.	<ul style="list-style-type: none">• Propiciar a realização das atividades socioassistenciais e a execução do Projeto.• Qualificar a oferta do Serviço e a realização do Projeto.	<ul style="list-style-type: none">• Seleção e contratação de recursos humanos;• Orçamentoção;• Contratação de serviços.	Mês 01 ao mês 15	<ul style="list-style-type: none">• Orçamentos• Contratos;• Notas fiscais.

7. METODOLOGIA PARA EXECUÇÃO DO PROJETO:

Meta 01: Realizar atividades coletivas nas oficinas de Recreação hídrica (Hidroginástica), Recreação de solo, Dança/Zumba e Teatro, composto por 10 grupos de pessoas idosas, para convivência e fortalecimento de vínculos.

Para o cumprimento dessa meta, serão realizadas atividades coletivas à promoção da convivência e fortalecimento de vínculos por meio de ações que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

Essas atividades serão realizadas na sede do Centro de Apoio e Convivência – CAC Fim de Tarde, na Rua São Lourenço, nº 30, bairro Gameleira.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

ATIVIDADES PONTUAIS (EVENTOS)								
	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Oficina de Dança/Zumba								
1.1. Seleção e inscrição dos alunos	x	x						
1.2. Contratação doicineiro	x	x						
1.3. Formação das turmas e horários	x	x						
1.4. Início e desenvolvimento das aulas			x	x	x	x	x	x
1.5. Monitoramento e avaliação			x	x	x	x	x	x
1.6. Encerramento da atividade								x
	1	2	3	4	5	6	7	8
2. Oficina de recreação de solo								
2.1. Seleção e inscrição dos alunos	x	x						
2.2. Contratação doicineiro	x	x						
2.3. Formação das turmas e horários	x	x						
2.4. Início e desenvolvimento das aulas			x	x	x	x	x	x
2.5. Monitoramento e avaliação			x	x	x	x	x	x
2.6. Encerramento da atividade								x
	1	2	3	4	5	6	7	8
3. Oficina de recreação hídrica (Hidroginástica)								
3.1 Seleção e inscrição dos alunos	x	x						
3.2 Contratação doicineiro	x	x						
3.3 Formação das turmas e horários	x	x						
3.4 Início e desenvolvimento das aulas			x	x	x	x	x	x
3.5 Monitoramento e avaliação			x	x	x	x	x	x
3.6 Encerramento da atividade								x
	1	2	3	4	5	6	7	8
4. Oficina de Teatro								





4.1 Seleção e inscrição dos alunos	X	X						
4.2 Contratação do oficineiro	X	X						
4.3 Formação das turmas e horários	X	X						
4.4 Início e desenvolvimento das aulas			X	X	X	X	X	X
4.5 Monitoramento e avaliação			X	X	X	X	X	X
4.6 Encerramento da atividade								X

QUADRO DE HORÁRIOS						
ATIVIDADES	Nº DE TURMAS	Nº DE ALUNOS	DIAS DA SEMANA	HORÁRIOS	PERÍODO TOTAL	LOCAL EXECUÇÃO
Oficina de Dança/Zumba	01	20	4ª feira	14:00 às 15:00	06 meses	CAC
Oficina de recreação de solo	01	20	6ª feira	14:00 às 15:00	06 meses	CAC
Oficina de Teatro	01	20	4ª feira	14:00 às 15:00	06 meses	CAC
Oficina de recreação hídrica (Hidroginástica)	07	25 alunos cada	2ª, 4ª e 6ª feira (1 turma) 3ª e 5ª feira (6 turmas)	7:00 às 7:45 7:00 às 7:45 7:45 às 8:30 8:30 às 9:15 9:15 às 10:00 10:00 às 10:45 10:45 às 11:30	06 meses	CAC

Handwritten signature

Meta 2: Desenvolver ações complementares ao SCFV

As atividades desenvolvidas nessa meta visam promover a troca de experiências, bem como a discussão de situações externas que afetam a família e a comunidade. As ações serão pautadas nas características, interesses e demandas dos usuários, considerando as vivências em grupo que valorizam suas experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir. Essas ações são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento do percurso e os objetivos a serem alcançados nos grupos de convivência.

Serão realizadas as ações: na sede do Centro de Apoio e Convivência – CAC Fim de Tarde, na Rua São Lourenço, nº 30 – Gameleira. As a

- **Ciclo de palestras com temas variados voltados para a proteção e valorização da pessoa idosa:** O Ciclo de palestra será composto por 03 encontros, atendendo 30 pessoas em cada encontro com temas de interesse dos idosos a partir das demandas apresentadas nas atividades coletivas desenvolvidas na meta 1. Esse evento será realizado nas Tardes Culturais.
- **Implantação da trilha do convívio, da cultura, do saber 60+:** Será ofertado nessa ação o cinema comentado, a partir do percurso das atividades desenvolvidas, essa ação acontecerá em 03 encontros com 30 participantes. Esse evento será realizado nas Tardes Culturais.
- **Lazer/ intervenção artístico cultural:** Será realizada atividade de lazer com karaokê, com a participação e organização entre os usuários, essa ação acontecerá em 03 encontros com 100 participantes cada. Esse evento será realizado nas Tardes Culturais.

mafan



- **Economia na Longevidade:** Essa atividade contará com 30 exposições e venda de produtos artesanais, produzidos pelos próprios usuários. Essa ação acontecerá 1 vez, sendo do 3º ao 10º mês atendendo aproximadamente 325 visitantes.
- **Celebração do Dia Mundial e Nacional da pessoa idosa:**
Evento de valorização da pessoa idosa como contraponto à violência e desrespeito, ofertando as seguintes atividades: minipalestras de temas de interesse da pessoa idosa, intervenções artístico- culturais com interface ao objetivo do evento, oferta de serviços referentes a orientação jurídica sobre a defesa de direitos, massagem terapêutica, embelezamento e exposição de produtos artesanais produzidos por artesãos do CAC. Essas propostas serão apresentadas e validadas pela a comissão organizadora que poderá sugerir ainda novas propostas. O evento terá duração o dia todo, com estimativa de público de 400 pessoas. O encerramento acontecerá com música e lanche.
- **Gastronomia do “Saber e do Sabor”:** Oficina a ser realizada em 03 encontros, com participação de 20 pessoas em cada. As receitas culinárias serão realizadas, compartilhadas, testadas feita a degustação com os participantes da mesma.

ATIVIDADES PONTUAIS (EVENTOS)												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Celebração do Dia Mundial e Nacional da pessoa idosa												
1.1.Divulgação do evento para discussão do tema							x	x	x			
1.2 Inscrição dos interessados a									x	x		
1.3 Realização do evento										x		
1.4 Monitoramento e avaliação							x	x	x	x	x	x
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
2.Tarde Cultural:												
2.1 Divulgação das Tardes Culturais		x	x	x			x	x				
2.2 Inscrição dos interessados a		x	x	x			x	x				
2.3 Realização das Tardes Culturais			x		x			x				
2.4 Monitoramento e avaliação		x	x	x	x	x	x	x	x			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
3. Gastronomia do “Saber e do Sabor”												
3.1 Seleção e inscrição dos alunos		x	x	x	x	x						
3.2 Formação das turmas e horários		x	x	x	x	x						
3.3 Início e desenvolvimento das aulas				x	x	x						
3.4 Monitoramento e avaliação		x	x	x	x	x	x					
3.5 Encerramento da atividade							x					
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
4. Economia na Longevidade												
4.1 Seleção e inscrição dos alunos		x										
4.2 Formação das turmas e horários		x										
4.3 Início e desenvolvimento das aulas			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
4.4 Monitoramento e avaliação		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
4.5 Encerramento da atividade												x

mapm

Meta 3: Qualificar e modernizar equipamentos / estrutura de atendimento da Instituição

Realizaremos a contratação de serviço especializado, para que seja executada a instalação das placas solares fotovoltaicas. A capacidade de geração do sistema será: potência total do sistema - 49,50 KWP; Produção média real desse projeto - 6.202,18 KWP; área útil - 252,00 m². Com a implantação da energia fotovoltaica, a economia gerada será em média entre R\$4.000,00 e R\$6.000,00 reais/mês que serão revertidos para qualificar e potencializar os serviços previstos nesse termo de fomento, como também melhorar a infra-estrutura da OSC visando a ampliação da capacidade de serviços ofertados às pessoas idosas, particularmente os serviços referentes as atividades hídricas.

Nessa meta os procedimentos metodológicos adotados serão:

- 1º. Análise de empresas especializadas em energia fotovoltaica;
- 2º. Orçamentação;
- 3º. Seleção da Empresa para: e assinatura do contrato.

Meta 4: Aprimorar os serviços durante todo o processo referente à execução do projeto

A contratação da equipe de profissionais será essencial para o sucesso do projeto. Essa equipe será responsável por todo o processo referente a execução do projeto, desde sua organização, monitoramento, intermediação, avaliação e outros. As informações a respeito da carga horária semanal, quantidade de meses a serem trabalhados no projeto e valor da remuneração mensal encontram-se no item 8 Quadro Equipe de Trabalho a seguir.

metam

8. EQUIPE DE TRABALHO:

CARGO	ATRIBUIÇÕES NO PROJETO	QUANT. PESSOAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE MESES	VALOR MENSAL INDIVIDUAL	REGIME
Oficineiro de dança/zumba	<ul style="list-style-type: none"> • Profissional habilitado para desenvolvimento de técnicas de dança. • Desenvolver atividades recreativas em grupo, aplicando técnicas específicas para tal atividade. 	01	01	06	R\$ 480,00	MEI
Oficineiro de recreação	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e formação do grupo; • Promover a interação do grupo com: Brincadeiras aquáticas; • Exercícios rítmicos aquáticas; • Datas comemorativas com apresentações aquáticas; • Jogos aquáticos; • Controle da lista de presença. 	01	01	06	R\$ 320,00	MEI
Oficineiro de recreação hídricas (Hidroginástica)	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e formação do grupo; • Promover a interação do grupo com: Brincadeiras aquáticas; • Exercícios rítmicos aquáticas; • Datas comemorativas com apresentações aquáticas; • Jogos aquáticos; • Controle da lista de presença. 	01	15	06	R\$ 4.500,00	MEI
Oficineiro de teatro	<ul style="list-style-type: none"> • Profissional habilitado para desenvolvimento de técnicas de teatro, utilizando a arte para desenvolvimento de temas de interesse do idoso. 	01	01	06	R\$ 480,00	MEI
Assistente Social	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar o Serviço Socioassistencial da OSC; • Prestar serviço social, realizando atendimento individual e coletivo, atendimento às famílias e seus dependentes; • Realizar avaliação socioeconômica; • Planejar, coordenar e avaliar programas e projetos na área em que estiver atuando; • Coordenar grupos sociais com o objetivo de fortalecimento de vínculos e convivência. 	01	30	06	R\$ 4.395,00	ME

Handwritten signature



CARGO	ATRIBUIÇÕES NO PROJETO	QUANT. PESSOAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº DE MESES	VALOR MENSAL INDIVIDUAL	REGIME
Gestor de Projeto	<ul style="list-style-type: none">• Providenciar a materialidade necessária para as atividades hídricas e de solo;• Proceder à compra dos materiais necessários a revitalização da OSC, efetuando os pagamentos, mediante documentos comprobatórios necessários e fazer a prestação de contas.	01	20	06	R\$ 2.700,00	MEI
Apoio Administrativo	<ul style="list-style-type: none">• Acolher as pessoas; informar sobre as atividades da OSC;• Ouvir suas demandas e preencher as fichas de inscrição de acordo com o interesse e necessidade de cada um;• preparar listas de presença;• manter contatos com os idosos em caso de faltas frequentes.	01	20	06	R\$ 2.500,00	MEI
Assistente financeiro	<ul style="list-style-type: none">• Proceder à compra dos materiais necessários;• Revitalização da OSC, efetuando os pagamentos, mediante documentos comprobatórios necessários e fazer a prestação de contas.	01	20	06	R\$ 2.500,00	MEI
Piscineiro	<ul style="list-style-type: none">• Limpeza da piscina, aspiração, controle de dosagem de produtos e temperatura da água;• Limpeza no entorno da piscina;• Controle de máquinas e equipamentos.	01	30	06	R\$ 2.000,00	MEI

SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

CARGO	ATRIBUIÇÕES NO PROJETO	QUANT. PESSOAS	CARGA HORÁRIA / POR EVENTO	Nº DE MESES	VALOR INDIVIDUAL/ POR EVENTO	REGIME
Músico	<ul style="list-style-type: none">• Profissional habilitado para desenvolvimento de técnicas musicais.	01	2 horas	03	R\$ 250,00	MEI
Empresa Especializada para implantação Fotovoltaica	<ul style="list-style-type: none">• Empresa especializada para elaboração do Projeto, implantação, monitoramento e ART	01 Empresa	-	08	R\$100.000,00	CNPJ



856
P

9. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

O monitoramento e a avaliação da parceria serão realizados com a aplicação dos meios de aferição e apresentação de documentos comprobatórios previstos neste Plano de Trabalho (e outros que eventualmente venham a atender o melhor interesse da administração pública, sem prejuízo da legislação pertinente), sendo os seguintes: projeto elaborado e executado da instalação das placas solares fotovoltaicas, planejamento / cronograma da realização das ações (grupos, oficinas e atividades), orçamentos realizados, notas fiscais, registros fotográficos, visitas técnicas in loco, listas dos participantes dos grupos/oficinas, listas de presença dos participantes das ações (grupos, oficinas e atividades), relatórios diversos, comprovantes do pagamento de despesas diversas e serviços prestados, contratos de trabalho e de prestação de serviços e outros.

A Organização da Sociedade Civil apresentará, trimestralmente, os relatórios de execução do objeto na plataforma eletrônica (SUCC), com a descrição das ações desenvolvidas na efetivação da parceria, bem como, a apresentação dos documentos comprobatórios da execução do objeto e do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

10. PREVISÃO DE RECEITAS:

ORIGEM	VALOR
Repassse	R\$220.000,00
Contrapartida (somente se houver)	R\$
TOTAL	R\$220.000,00

11. PREVISÃO DE DESPESAS:

Informações apresentadas na planilha constante no Anexo IV , a qual deverá ser completamente preenchida conforme orientações constantes na própria planilha.

12. CONTRAPARTIDA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (SE HOUVER):

BEM OU SERVIÇO	VALOR MENSURADO
TOTAL	

Handwritten signature

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

PARCELA	MÊS	VALOR
1ª	1	R\$220.000,00
TOTAL	12	R\$220.000,00


14. ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL OSC:

Belo Horizonte, 10 de julho de 2024.



Maria Fontana Cardoso Maia
Presidente da OSC

De acordo:

 45.118-9

Adriana de O. Lanza M. Orsine - PM: 45.118-9
Núcleo de Fomento: 75
DGAS/SUASS/SIA

Adriana de O. Lanza M. Orsine - BM: 45.118-5
Núcleo de Fomento da SUASS
DGAS/SUASS/SIA